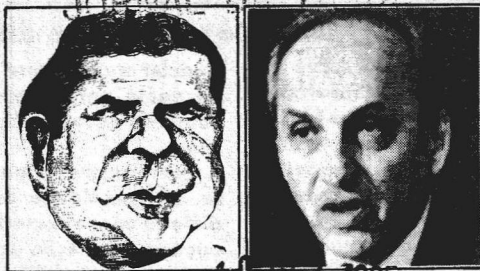


Empresários ainda esperam definição dos cortes

Os empresários continuam analisando e discutindo o pacote econômico do governo, particularmente as alterações na política tributária. Enquanto uns, como o presidente da Fiesp, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, dão um crédito de confiança ao governo, outros não só questionam as medidas adotadas como fazem previsões pessimistas para o próximo ano.

Vidigal simplesmente se recusa a criticar essas medidas antes que seja definido o orçamento das estatais para 86. Segundo ele, esse orçamento é que irá mostrar se são mesmo para valer as intenções anunciadas pelas autoridades econômicas, de cortar a fundo os gastos públicos. "Como podem criticar o não corte dos gastos se ninguém, nem mesmo o governo, ainda sabe como isso será feito?" questionou Vidigal ao ser perguntado sobre as consequências do pacote.

Para o presidente da Fiesp, é louvável a determinação do governo de reduzir o déficit de 3,1% para 0,15% do PIB. "Se isso for cumprido, já será muito", diz ele. Vidigal também elogiou as mudanças no imposto de renda, lembrando que na parte referente à pessoa física houve a chamada "justiça social" do assalariado, com a qual a Fiesp concorda e considera correta. A questão do imposto de renda de pessoa jurídica, o presidente da Fiesp acha quase impossível quantificar antes dos números do orçamento, para verificar a proporcionalidade entre o imposto e a redução do déficit, mas lembra que todo o aumento da carga tributária não excederá 1% da cobertura do déficit em relação ao PIB. Em contrapartida, os cortes de gastos deverão, segundo ele, ser violentos, inclusive com grandes demissões, e nesse ponto a intenção do governo é não permitir a interferência da área política nos cortes.



Vidigal

"Enquanto não for divulgado o orçamento daei meu crédito ao governo, mas serei o primeiro a criticar se as promessas não forem cumpridas."

Reafirmando ser ainda cedo para falar na carga tributária da pessoa jurídica, Vidigal lembrou que o orçamento da Sest tem grande repercussão sobre os investimentos. Numa posição "mais sentimental do que técnica", considerou o piso de 40 mil ORTN baixo para o aumento de imposto, porque atingirá maior número do que seria desejável; e reconheceu também que a antecipação do recolhimento do imposto aumentou em 10% a carga tributária, mas considera justa essa medida. Dessa forma, acha que todas as críticas feitas ao governo estão em clima "político e não técnico"; ressaltou porém que a única crítica que apóia é quanto à maneira precipitada com que o pacote foi levado para exame do Congresso.

Assim, acha que o pacote exige medidas complementares antiinflacionárias, como a contenção de salário, destacando, porém, que o controle mais rígido do CIP sobre os preços, aliado a um aumento da renda disponível pela redução do IR, poderá aumentar a chamada inflação de demanda. Mesmo com

a redução do déficit para 0,5% do PIB e as medidas para conter a inflação de demanda, o presidente da Fiesp acha difícil se chegar a 160% de inflação no próximo ano.

Gaúchos

Dois dos mais importantes empresários do Rio Grande do Sul também se manifestaram ontem sobre o pacote: o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luís Andrade Ponte, e o presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado, Cesar Valente. O primeiro lembrou que a substituição do ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles por Dilson Funaro tornou "mais nítida" a composição de forças, o que na sua opinião foi positivo. "Agora, está definido que a política econômica é efetivamente conduzida pelo ministro da Fazenda", disse ele.

No entanto, Andrade Ponte lembrou que, apesar de "bem-intencionado", Funaro não conseguiu controlar a inflação. Esta se elevou e, na opinião de Andrade Ponte, ainda se elevará, não só em consequência dos déficits do governo como também dos ganhos reais de salários da iniciativa privada até agora e do aumento dos preços de serviços e bens das estatais no ano que vem, além dos problemas de safra, que também terão reflexos.

A análise de César Rogério Valente não difere muito. Para ele, também, "o Brasil conquistou uma posição importante frente a seus credores e à comunidade internacional e firmou uma negociação política de sua dívida com o FMI, que também mudou de comportamento. Hoje, "acrescentou", estamos até esquecendo aquela presença constrangedora dos fiscais do Fundo em Brasília. Internamente, houve a reconquista da credibilidade dos brasileiros no governo".